



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Aquisição de luminárias e lâmpadas de led para os imóveis do TRE-SC.

### 2. Fundamentação da Contratação

A presente contratação é motivada pela necessidade de aquisição de luminárias para reposição, substituição de lâmpadas e formação de estoque. A escolha de luminárias antiofuscamento e lâmpadas com a tecnologia de iluminação em led se dá em razão da maior eficiência energética destes equipamentos, o que reduz o consumo de energia elétrica sem prejuízo da qualidade e do conforto da iluminação nos ambientes de trabalho.

Espera-se com esta aquisição a instalação e substituição de luminárias e lâmpadas, quando necessário, dos imóveis da Sede do TRE-SC e a manutenção de estoque para reposição sob demanda nos imóveis dos Cartórios Eleitorais pelo interior do Estado.

### 3. Descrição da solução

Os materiais constantes neste pedido são materiais elétricos de uso doméstico e comercial que têm sua fabricação e comercialização controlados por normas específicas e certificação compulsória pelo INMETRO, com diversas opções que atendem às características mínimas exigidas e os fabricantes consultados disponibilizam os produtos com variações de características.

As quantidades estimadas são baseadas na distribuição dos materiais aos cartórios e nas demandas desses materiais nas atividades de manutenção predial.

Item	Descrição
1	Lâmpada LED, 100-240V, mínimo 12W de potência, fluxo luminoso mínimo de 1.010lm, temperatura da cor 6.500K (branco frio), IRC de no mínimo 80, com no máximo 60mm de diâmetro, comprimento máximo de 112mm, base E27, vida útil mínima de 25.000 horas.
2	Lâmpada LED tubular T8, alimentação unilateral, 100-240V, compatível com base G13, com potência de 9W, 4000K (branco neutro), fluxo luminoso mínimo de 900lm, medindo no máximo 600mm de comprimento e no máximo 28mm de diâmetro, vida útil mínima de 25.000 horas.
3	Lâmpada LED tubular T8, alimentação unilateral, tensão de 100-240V compatível com base G13, com 18W de potência, 4000K (branco neutro), fluxo luminoso mínimo de 1.850lm, medindo no máximo 1214 mm de comprimento e no máximo 28 mm de diâmetro, vida útil mínima de 25.000 horas.
4	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 2 lâmpadas tubulares LED 18W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c1243* x L307* x A45mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.
5	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c617* x L617* x A82mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6	Luminária aletada tipo calha de sobrepor, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c653* x L653* x A75mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.
7	Luminária de embutir (painel modular) quadrada 45W Led (62cmx62cm), 3.600lm, 4.000k (branco neutro), corpo em alumínio pintado na cor branca, difusor em policarbonato.

*\*Variações de até 2mm para mais ou para menos serão aceitas.*

### 3.1. Estudos Técnicos Preliminares

Considerando a facilidade de identificação da solução, bem como a fundamentação da contratação indicada no item 9.2.3 deste Termo de Referência, a equipe de planejamento entendeu por dispensar o estudo técnico preliminar, nos termos do art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 58/2022.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item	Descrição	Modelo	Marca
1	Lâmpada de Led, Bulbo, A60, 12W, base E27, 110-240V, 6500k	Modelo: 12W E27	Ourolux
2	Lâmpada LED tubular T8, tensão de 100-240V, compatível com base G13, com potência de 9W, 4.000k.	Tubular T8 9W G13	PHILIPS
3	Lâmpada LED tubular T8, tensão de 100-240V compatível com base G13, com 18W de potência, 4.000k.	Tubular T8 18W G13	PHILIPS
4	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 2 lâmpadas tubulares LED 18W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c1243* x L307* x A45mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.	CAA01-E232	Lumicenter
5	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c617* x L617* x A82mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.	CAA01-E416	Lumicenter
6	Luminária aletada tipo calha de sobrepor, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c653* x L653* x A75mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.	CAA01-S416	Lumicenter
7	Luminária de embutir (painel modular) quadrada 45W Led (62cmx62cm), 3.600lm, 4.000k (branco neutro), corpo em alumínio pintado na cor branca, difusor em policarbonato.	0147240871	Avant

*\*Variações de até 2mm para mais ou para menos serão aceitas.*

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daqueles).

### 3.3. Códigos SIASG

Item 1: 431797

Item 2: 468640

Item 3: 614451

Item 4: 404033

Item 5: 404035

Item 6: 404036

Item 7: 627928

### 4. Requisitos da contratação

Como se trata de aquisição de produto, entende-se que os requisitos estão relacionados à qualidade material do produto, presença de requisitos de segurança e atendimento às normas pertinentes, conforme segue:

Item	Descrição
1	Lâmpada LED, 100-240V, mínimo 12W de potência, fluxo luminoso mínimo de 1.010lm, temperatura da cor 6.500K (branco frio), IRC de no mínimo 80, com no máximo 60mm de diâmetro, comprimento máximo de 112mm, base E27, vida útil mínima de 25.000 horas.
2	Lâmpada LED tubular T8, alimentação unilateral, 100-240V, compatível com base G13, com potência de 9W, 4000K (branco neutro), fluxo luminoso mínimo de 900lm, medindo no máximo 600mm de comprimento e no máximo 28mm de diâmetro, vida útil mínima de 25.000 horas.
3	Lâmpada LED tubular T8, alimentação unilateral, tensão de 100-240V compatível com base G13, com 18W de potência, 4000K (branco neutro), fluxo luminoso mínimo de 1.850lm, medindo no máximo 1214 mm de comprimento e no máximo 28 mm de diâmetro, vida útil mínima de 25.000 horas.
4	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 2 lâmpadas tubulares LED 18W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c1243* x L307* x A45mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.
5	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c617* x L617* x A82mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.
6	Luminária aletada tipo calha de sobrepor, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c653* x L653* x A75mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.
7	Luminária de embutir (painel modular) quadrada 45W Led (62cmx62cm), 3.600lm, 4.000k (branco neutro), corpo em alumínio pintado na cor branca, difusor em policarbonato.

*\*Variações de até 2mm serão aceitas.*

A aquisição do material listado procura viabilizar a execução imediata das demandas mencionadas, sendo importante o atendimento aos requisitos técnicos especificados, baseado nos produtos disponíveis no mercado, bem como o atendimento do prazo de, no máximo, 20 (vinte) dias contados da solicitação e/ou do recebimento da respectiva nota de empenho.

Os produtos adquiridos devem seguir os ditames da Portaria INMETRO nº 69, de 16 de fevereiro de 2022.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **5. Modelo de execução do objeto**

O Chefe da Seção de Manutenção Predial receberá o material conferindo as especificações descritas no contrato ou nota de empenho.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho no site do TRE-SC; a informação à unidade demandante, do Gestor da Contratação, conforme subitem 6.2, e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no PAE que originou a contratação.

#### **5.1. Prazos**

O prazo de entrega dos itens constantes nesta aquisição deve ser de, no máximo, 20 (vinte) dias contados do recebimento da nota de empenho. Após, todas as peças serão testadas e, se constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, arcando com todas despesas.

#### **5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços**

Os materiais devem ser entregues no edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Esteves Junior, nº 80, Centro – Florianópolis/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

Caberá ao servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo do material.

#### **5.3. Recebimento provisório e definitivo**

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

#### **5.4. Pagamento**

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

#### **5.5. Garantia do objeto**

Prazo de Garantia de no mínimo 12 meses (1 ano) fornecido pelo fabricante.

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito nos produtos dentro do período de garantia, será acionado o respectivo fornecedor para a substituição do lote/produto avariado junto ao fabricante.

#### **5.6. Vigência da contratação**

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo dos materiais.

#### **5.7. Obrigações da Contratante**

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- b) Promover a gestão e a fiscalização da contratação por meio do Gestor de que trata o subitem 6.2, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. Fornecer os produtos no prazo de 20 (vinte) dias após o recebimento da nota de empenho;
- 5.8.3. Entregar os produtos no Edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Esteves Junior, nº 80, Centro – Florianópolis/SC, no horário das 13h às 18h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - 5.8.3.1. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Manutenção Predial do TRE-SC, por meio dos telefones (48) 3251 3785 ou (48) 3251 3890, no horário das 13 às 18 horas, ou por e-mail para o endereço eletrônico [ci-semp@tre-sc.jus.br](mailto:ci-semp@tre-sc.jus.br).
- 5.8.4. Após recebidos, os materiais serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- 5.8.5. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata o subitem anterior, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 5.8.6. Em caso de substituição de produto, conforme previsto anteriormente, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;
- 5.8.7. Apresentar a garantia do fabricante com no mínimo 1 (um) ano de vigência após o recebimento definitivo dos produtos;
- 5.8.8. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame;
- 5.8.9. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 5.11. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. Gestor de contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

### 6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

### 6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica; e
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### **6.2. Gestão e fiscalização**

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Seção de Manutenção Predial ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização administrativa, da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.

### **6.3. Instrumentos Formais**

A contratação será formalizada por meio de nota de empenho.

### **6.4. Acompanhamento do Contrato**

Caberá ao servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

### **6.5. Alocação de riscos**

Não se aplica a esta contratação.

## **7. Critérios de medição e de pagamento**

Não se aplica a esta contratação.

## **8. Reajuste ou repactuação**

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

## **9. Forma e critérios de seleção do fornecedor**

### **9.1. Parcelamento e adjudicação**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A adjudicação deverá ser por item, dado que o parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável.

### 9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

#### 9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica ou econômico-financeira.

#### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

#### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

A contratação em tela enquadra-se na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, justificando a sua realização com dispensa de licitação.

### 10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Demand a Prevista	Preço Unitário (média)	Custo total
1	Lâmpada LED, tensão de 100-240V, mínimo 12W de potência, base E27.	400	R\$ 3,99	R\$ 1.596,00
2	Lâmpada LED tubular T8, tensão de 100-240V, compatível com base G13, com potência mínima de 9W, 4.000k.	150	R\$ 9,86	R\$ 1.479,00
3	Lâmpada LED tubular T8, tensão de 100-240V compatível com base G13, com no mínimo 18W de potência, 4.000k.	500	R\$ 13,29	R\$ 6.645,00
4	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 2 lâmpadas tubulares LED 18W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c1243* x L307* x A45mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.	100	R\$ 196,50	R\$ 19.650,00
5	Luminária aletada tipo calha de embutir, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c617* x L617* x A82mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.	50	R\$ 139,90	R\$ 6.995,00
6	Luminária aletada tipo calha de sobrepor, para 4 lâmpadas tubulares LED 9W, sem reator, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, dimensões c653* x L653* x A75mm, aletas parabólicas e refletores em alumínio.	50	R\$ 186,15	R\$ 9.307,50
7	Luminária de embutir (painel modular) quadrada 45W Led (62cmx62cm), 3.600lm,	50	R\$ 151,91	R\$ 7.595,50





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.000k (branco neutro), corpo em alumínio pintado na cor branca, difusor em policarbonato.			
TOTAL			R\$ 53.268,00

*\*Variações de até 2mm para mais ou para menos serão aceitas.*

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item 31 - Manutenção Predial

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- Descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes, de materiais tóxicos.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

#### 11.3 Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 1.596,00
2	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 1.479,00
3	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 6.645,00
4	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 19.650,00
5	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 6.995,00
6	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 9.307,50
7	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 7.595,50



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 15 (quinze) dias;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 15 (quinze) dias;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Orçamentos

**PJ Neblina**  
materiais elétricos

Busque aqui o que procura...

Precisa de ajuda? Favoritos Entrar 0

Departamentos Interruptor e Tomada Fios e Cabos Instalação Iluminação EPI Conectividade Automação Ferramentas Segurança Eletrônica

Home > Lâmpadas > Led > Lâmpada Led Bulbo A60 12W Bivolt E27 6500K Luz Branca - Orolux

**LÂMPADA LED BULBO A60 12W BIVOLT E27 6500K LUZ BRANCA - OUROLUX**  
Cód: 36047502085  
**R\$ 3,99**  
em até 5x de R\$ 0,80 sem juros  
**PREÇO VÁLIDO SOMENTE PARA LOJA VIRTUAL**  
[Ver todas as formas de pagamento](#)  
1425 Itens em estoque

Calcular frete e prazo de entrega 00000-000 OK

Adicionar à sacola

Comprar agora

**abastece**  
componentes

Pesquisar...

Quero ver avaliações

Iluminação Elétrica Ferramentas Hidráulica Ferragens Construção Outras Opções Compre por Marca

Página inicial > Todos os produtos > Lâmpada Led Tubular T8 60Cm 9W 900Lm ...

**Lâmpada Led Tubular T8 60Cm 9W 900Lm 240° Bivolt G13 Philips**  
Economize 22% - R\$ 2,76  
Vendido e enviado por Abastece Componentes  
R\$ 12,62  
**R\$ 9,86 à vista**  
ou parcelar em até 1x de R\$ 9,86 sem juros  
Selecione a variação disponível:  
110V/220V  
BRANCO-QUENTE BRANCO-NEUTRO BRANCO-FRIO  
Veja um exemplo da iluminação em um ambiente, [clicando aqui](#).  
Quantidade: - 1 +



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Digite o que você está procurando



Meus Favoritos



Olá! Entre ou crie sua conta aqui



Meu carrinho

Todas as Categorias

Materiais elétricos

EPI's

Fios e Cabos

Smart Building

Automação Industrial

Iluminação

Outlet

Início > Iluminação > Lâmpada LED > Lâmpada Led Tubular T8 G13 4000K Bivolt 18W 1850LM 1214MM Corepro 929001999872 Philips



## Lâmpada Led Tubular T8 G13 4000K Bivolt 18W 1850LM 1214MM Corepro 929001999872 Philips

Código: LETUB18W1.2MVN 929001999872

Marca: Philips

★★★★★ (0) [ver avaliações](#)

Em estoque

este é um produto sustentável

**R\$ 13,29**

[Ver formas de pagamento](#)

à vista no PIX com 10% OFF

ou R\$ 14,77 em até 1x sem juros no cartão

— 1 +

[Adicionar ao Carrinho](#)

Calcule o frete:



Buscar produtos, marcas e muito mais...



Enviar para Marcus

Rua Esteves Júnior 68

Categorias

Ofertas

Cupons

Supermercado

Moda

GRÁTIS

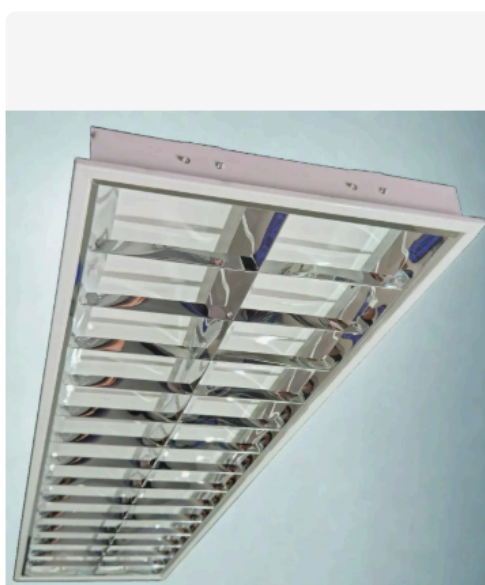
Mercado Play

Vender

Contato

Você também pode estar interessado: luminaria tubular led 2.40 - luminaria aletada sobrepor - luminaria embutir 120x15

[Voltar à lista](#) | [Casa, Móveis e Decoração](#) > [Iluminação Residencial](#) > [Luminárias](#) > [Luminárias de Teto](#)



Novo | +500 vendidos

## Luminária Aleta Alumínio Comercial Embutir 2x Tubular, 300mm Estrutura Branco

5.0 ★★★★★ (9)

**R\$ 196<sup>50</sup>**

12x R\$ 19,45

20% OFF Saldo no Mercado Pago

[Ver meios de pagamento e promoções](#)

Cor da estrutura: Branco



O que você precisa saber sobre este produto



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Digite o que você procura



Central de Atendimento

Bem-vindo(a) Entrar ou Cadastrar



Todas as categorias

Luminária Prismática

Luminárias Industriais

Luminária Industrial Led

Luminária Comercial

Início > Luminária Comercial > Comercial de Embutir



Claron

Luminária Comercial Aletada Alto  
Rendimento de Embutir para Lâmpada Led T8  
4x 9W 10W - Claron

(Cód: S00030000)



R\$ 155,00 **R\$ 139,90**

até 6x de R\$ 23,31 sem juros

R\$ 125,91 no pix com 10% de desconto

mais formas de pagamento

- 1 +

Comprar



Buscar produtos, marcas e muito mais...



Enviar para Marcus  
Rua Esteves Júnior 68

Categorias

Ofertas

Cupons

Supermercado

Moda

GRÁTIS

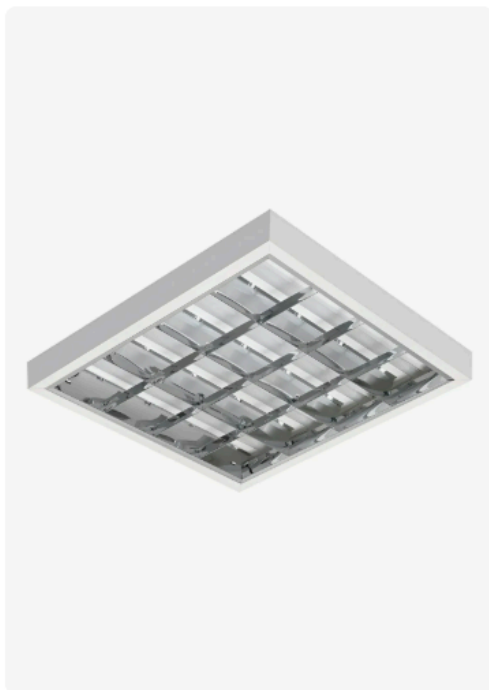
Mercado Play

Vender

Contato

[Voltar à lista](#)

[Casa, Móveis e Decoração](#) > [Iluminação Residencial](#) > [Luminárias](#) > [Luminárias de Teto](#)



Novo | +100 vendidos



**MAIS VENDIDO** 4º em Luminárias de Teto Vittaled

Luminaria Calha Comercial  
Sobrepôr 62x62 Aletada  
Quadrada

4,4 (9)

**R\$ 186<sup>15</sup>**

12x R\$ 18,43

20% OFF Saldo no Mercado Pago

[Ver meios de pagamento e promoções](#)

Cor da estrutura: Branco



Voltagem: Escolha

110V/220V  
(Bivolt)





# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Entre ou  
Cadastre-se



Iluminação   Materiais Elétricos   Duchas e Torneiras   Ar e Ventilação   Ferramentas   Tintas e Acessórios

Home > Iluminação > Painéis de Led > Pannel de Led Modular Plafon Embutir Quadrado 45W 62x62cm Alumínio Branco Avant Bivolt



★★★★★ (0) - Faça uma avaliação

-38%

Pannel de Led Modular Plafon Embutir Quadrado  
45W 62x62cm Alumínio Branco Avant Bivolt 4000  
K - Neutro

147240871

de R\$ 259,90 por

**R\$ 151,91** -42%  
no PIX

**R\$ 159,90** -58%  
no cartão em até 3x de  
**R\$ 53,30** sem juros

+ formas de pagamento

Temperatura de Cor:

4000 K - Neutro

Garantia: 1 ano junto ao fabricante

— 1 +

COMPRAR

Comprar pelo whatsapp